TERMO DE JULGAMENTO

**PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 050/2024
INEXIGIBILIDADE Nº 009/2024
CREDENCIAMENTO Nº 001/2024**

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL DO NORTE DE MINAS – CODANORTE, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE,

Após análise do **PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 050/2024, INEXIGIBILIDADE Nº 009/2024, CREDENCIAMENTO Nº 001/2024**, que tem por objeto o credenciamento para contratação de empresas especializadas para executar o projeto de esterilização de cães e gatos nos municípios integrantes do consórcio - "Castração Solidária CODANORTE", para atender ao Convênio nº 1371001784/2023/SEMAD, formalizado entre o CODANORTE e o Estado de Minas Gerais por intermédio da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que poderão ser chamadas para prestar serviços, quando houver demanda, sem que haja qualquer direito de contratação dos credenciados, objetivando somente o cadastro, cujo processo e julgamento serão realizados de acordo com os preceitos da Lei 14.133/21, das informações prestadas pela Sra. Gerente de Saúde do CODANORTE e do parecer jurídico, decido colher em sua íntegra a análise jurídica, conforme transcrição abaixo:

*"Recebemos da Sra. Gerente de Saúde do CODANORTE, a informação anexa, quanto ao **PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 050/2024, INEXIGIBILIDADE Nº 009/2024, CREDENCIAMENTO Nº 001/2024**, que tem por objeto o credenciamento para contratação de empresas especializadas para executar o projeto de esterilização de cães e gatos nos municípios integrantes do consórcio - "Castração Solidária CODANORTE", para atender ao Convênio nº 1371001784/2023/SEMAD, formalizado entre o CODANORTE e o Estado de Minas Gerais por intermédio da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que poderão ser chamadas para prestar serviços, quando houver demanda, sem que haja qualquer direito de contratação dos credenciados, objetivando somente o cadastro, cujo*

processo e julgamento serão realizados de acordo com os preceitos da Lei 14.133/21.

Dessa forma, emitimos parecer nos seguintes termos:

SOBRE O PARECER JURÍDICO

Este parecer jurídico tem como objetivo, atender ao que prevê o artigo 53 da Lei 14.133/2021, para assistir a autoridade solicitante no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados ou já efetivados.

DA ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES APRESENTADAS

O inciso XLIII do artigo 6º da Lei 14.133/2021, define o credenciamento da seguinte forma:

"Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

.....

XLIII - credenciamento: processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados;"

"Art. 79. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:

.....

Parágrafo único. Os procedimentos de credenciamento serão definidos em regulamento, observadas as seguintes regras:

I - a Administração deverá divulgar e manter à disposição do público, em sítio eletrônico oficial, edital de chamamento de interessados, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados;"

No caso em estudo, o credenciamento foi formalizado para tender ao que prevê o Termo de Convênio 1371001784/2023/SEMAD.

Ocorre que, como informa a Sra. Gerente de Saúde do CODANORTE, o programa "foi finalizado com sucesso, sendo certo que, o saldo do Convênio formalizado com a SEMAD se esgotou", porém, o credenciamento "continua aberto para o cadastro de novos interessados, várias pessoas tem entrado em contato com o consórcio, solicitando o credenciamento, o que não é mais possível, uma vez que os serviços previstos no convênio, bem como o saldo financeiro já se esgotaram".

Uma vez que, o Consórcio não tem condições de manter o programa sem o apoio financeiro do Estado de Minas Gerais, não há a possibilidade de manter o credenciamento vigente.

Como se observa do que prevê o inciso II cumulado com os §§2º e 3º do artigo 71 da Lei 14.133/2021, a revogação é cabível quando comprovados motivos de conveniência e oportunidade, desde que, resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

No caso em estudo, o fato superveniente é o próprio atendimento de todas as exigências do Convênio nº 1371001784/2023/SEMAD, bem como, o esgotamento do saldo financeiro.

O Supremo Tribunal Federal, exarou seu entendimento na Súmula 473:

*“A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou **revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade**, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.”*

O Instituto Nacional da Contratação Pública – INCP, emitiu o seguinte enunciado:

“ENUNCIADO 36.

É admissível o credenciamento com prazo de vigência indeterminado, sem prejuízo da possibilidade de ulterior revogação do procedimento, mediante comprovação da conveniência administrativa. (Aprovado por unanimidade)”

O §3º do artigo 71 da Lei 14.133/2021, prevê:

“Art. 71. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

.....

§ 3º Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.”

Dessa forma, tendo sido concretizada a contratação através de contrato de programa, faz-se necessário o deferimento de prazo para manifestação/defesa dos interessados.

CONCLUSÃO

Neste contexto, é possível aferir que as exigências legais impostas para efeito de revogação do credenciamento encontram-se presentes no caso em estudo, podendo assim, ser revogado o procedimento.

¹ **INSTITUTO NACIONAL DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA - INCP.** Enunciado nº 36 Aprovado na 2ª Reunião Técnica, realizada em 14 de dezembro de 2024. Brasília, 2024.

Em respeito aos princípios do contraditório e da ampla defesa, e ainda ao que prevê o §3º do artigo 71 da Lei 14.133/2021, opinamos pela intimação dos interessados para que, no prazo que vier a ser deferido pelo Sr. Presidente, apresentem suas manifestações.”

Dessa forma, determino a **REVOGAÇÃO** do **PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 050/2024, INEXIGIBILIDADE Nº 009/2024, CREDENCIAMENTO Nº 001/2024.**

Defiro aos interessados o prazo de 03(três) dias úteis para apresentação de manifestação, como prevê o §3º do artigo 71 da Lei 14.133/2021.

Montes Claros/MG, 20 de março de 2025.

Miguel Felipe Ferreira de Oliveira.
Presidente do CODANORTE